

# Dados do governo para... *Dívida Ext.*

por Claudia de Souza  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

acompanhando nas próximas semanas outros dados da economia que Kandir não levará consigo. O detalhamento da pauta de importações, ainda não divulgado ontem, é um item importante. Na lista de bens que o País está passando a

comprar lá fora estarão os primeiros indícios para se saber se as divisas serão gastas com bens de consumo supérfluos. "Ela não é boa nem para a economia nem para a posição negociadora do Brasil", afirma Nogueira Baptista, lembrando que também a queima de divisas pode ser posta na mesa de negociações. Ou se, bem monitoradas,

as importações se direcionem nos meses futuros para a compra de bens que induzam a economia aos ganhos de produtividade ou que solucionem problemas de abastecimento que poderão ocorrer se a previsão de uma safra agrícola menor do que as de anos anteriores se confirme.

Também não escapará aos credores internacio-

nais o ritmo do crescimento econômico nos próximos meses, como as projeções do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea), notório nos meses recentes pelas projeções pessimistas de evolução do PIB brasileiro e dos investimentos, que prevê recessão à frente.

(Ver matéria acima)

# Dados do governo para os credores *Dívida Ext.*

por Claudia de Souza  
de São Paulo

O conjunto de dados a respeito da economia brasileira que o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, estará apresentando à comunidade financeira internacional a partir de hoje em Washington, é determinante para o rumo das negociações da dívida externa.

O saldo da balança comercial de junho, por exemplo, divulgado ontem oficialmente, 43,5% menor do que o registrado em junho do ano passado, deixará satisfeita a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que sublinhou a intenção oficial de priorizar a abertura da economia e não a geração de superávits comerciais que possibilitam maiores pagamentos aos credores.

O atraso na vinda da missão do Fundo Monetário Internacional ao Brasil, prevista inicialmente para junho, parece ter sido providencial: nesse meio tempo, o ritmo da inflação começa a diminuir, como confirma o índice da FIPE divulgado ontem, o mercado financeiro começa a aceitar na prática o alongamento da dívida interna, a economia começa a funcionar com me-

nor controle de preços e maior abertura para o exterior, embora os dados da balança comercial divulgados ontem não evidenciem ainda qualquer impacto significativo nas compras externas.

Algumas boas notícias, porém, poderão trabalhar contra o Brasil tanto na negociação com o Fundo quanto com os bancos credores.

Nossa capacidade de pagar a dívida externa mede-se não apenas pelo tamanho de nosso saldo comercial. Ao apresentar — espera-se que com mais detalhes do que foi feito até agora —, os números do orçamento deste ano, com a meta de gastar menos do que arrecada, nos moldes de um ajuste fiscal que representa US\$ 36 bilhões menos de gastos do Estado em 1990, o Brasil estará deixando evidente que conseguirá gerar recursos adicionais para pagar a dívida externa que é, afinal, na maior parte, pública.

"A meta de superávit de 1,22% do PIB é um item de negociação externa", lembra o economista Paulo Nogueira Baptista Jr., especialista em dívida externa. Ele compara a posição atual do Brasil com a da Argentina em maio deste

ano. Não apenas porque aquele país, ao primeiro sinal de folga nas contas públicas, sentiu a pressão dos bancos credores por pagamento imediato dos atrasados.

Teme-se que se possa repetir com o Brasil o endurecimento nas relações com o Fundo Monetário Internacional que a Argentina experimentou. A posição recente do Fundo, celebrada pela atual direção, vinha sendo a de favorecer os países em processo de estabilização de suas economias com a concessão de financiamento pela instituição sem exigir, pelo menos no primeiro ano, pagamento de juros atrasados aos bancos comerciais. Tal liberalidade não foi invocada no acordo firmado entre a Argentina e o Fundo em maio deste ano. Na carta de intenções aprovada pelo FMI, a Argentina comprometeu-se a pagar US\$ 600 milhões ainda neste ano de juros vencidos, bem mais do que o governo argentino afirmara ter disponível no início das tramitações com o Fundo e os bancos credores.

Tanto o Fundo como os credores internacionais, certamente estarão

(Continua na página 3)